



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681337 - RS (2021/0226340-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : LUCAS SIQUEIRA GRAWER  
**ADVOGADO** : LUCAS SIQUEIRA GRÄWER - RS106462  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : FRANCIELE TABORDA PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FRANCIELE TABORDA PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n.º 5071989-39.2021.8.21.7000/RS).

A paciente foi presa em flagrante em 8/5/2021 pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006 e 12 da Lei n. 10.826/03 (tráfico de drogas e posse irregular de arma de fogo de uso permitido). O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

O impetrante sustenta que a decretação da prisão preventiva não estaria devidamente fundamentada, pois baseada na gravidade em abstrato do delito de tráfico de drogas e na existência de outro processo penal contra a paciente, pelo qual ela não teria desrespeitado qualquer condição imposta quando deferida a liberdade provisória.

Afirma que a paciente é mãe de três filhos menores de 12 anos (10 anos, 06 anos e a menor com 03 anos de idade), os quais dependeriam da mãe para a sobrevivência.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva da paciente. Subsidiariamente, a substituição por prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico, com fulcro no art. 318 e 318-A do Código de Processo Penal.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos que foi apreendida considerável quantidade de droga em poder da paciente (1.945g de maconha, 04g de cocaína e 19 frascos de lança perfume), além de um revólver, munições de diversos calibres, quatro balanças de precisão e um caderno de

anotações referentes ao tráfico, hipótese que suscita divergências na jurisprudência e que, segundo alguns julgados do STJ, pode configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Além disso, a paciente foi beneficiada com a liberdade provisória nos autos de outro processo (n. 156/2.19.0002644-0), no dia 18 de março de 2019, em que reponde, também, pela suposta prática de tráfico de drogas.

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência